

Ata da 583ª Reunião da Diretoria

Ao 7º (sétimo) dia do mês de maio do ano de 2014 (dois mil e quatorze), às 17h45min (dezessete horas e quarenta e cinco minutos), em sua Sede, Sala de Reunião da Diretoria–Geral, no Setor de Clubes Esportivos Sul – Trecho 03 – Lote 10 – Polo 8 do Projeto Orla, no Bloco “G”, 3º andar – Brasília – DF, realizou-se a 583ª (quingentésima octogésima terceira) Reunião de Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, sob a presidência do Diretor–Geral, em exercício, Jorge Luiz Macedo Bastos, presentes os Diretores, Carlos Fernando do Nascimento e Natália Marcassa de Souza, o Procurador, Diogo Souza Moraes e como Secretário, Paulo Eduardo Improta Saraiva que justificou a ausência da Diretora Ana Patrícia que se encontra afastada por licença médica no período entre 5 a 20 de maio de 2014. Aberta a reunião pelo Diretor–Geral, foram tomadas as seguintes decisões: **1. ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA:** Leitura, aprovação e assinatura da Ata da Reunião anterior. **2. MATÉRIAS DELIBERATIVAS. 2.1 – Relatora: Diretora NATÁLIA MARCASSA. 2.1.1 – TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A – Reequilíbrio Econômico Financeiro – Processo nº 50500.174651/2013–03:** a Diretoria Colegiada acolheu a proposição da Diretora Relatora, conforme Voto DNM – 055/14, que consta: “*DA PROPOSIÇÃO FINAL: Considerando o exposto, proponho à Diretoria que delibere pelo indeferimento do pleito apresentado pela TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S/A, não concedendo o direito de reequilíbrio econômico e financeiro.*” Por unanimidade, foi aprovada a proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “*A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM – 055, de 23 de abril de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.174651/2013–03, DELIBERA: Art. 1º Indeferir o pleito da Concessionária Transbrasiliana Concessionária de Rodovias S/A, não concedendo o direito de reequilíbrio econômico financeiro. Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.*” **2.1.2 – FETRABENS - Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas em Geral do Estado de São Paulo – Acordo de Cooperação Técnica – Processo nº 50500.015242/2014–49:** a Diretoria Colegiada acolheu a proposição da Diretora Relatora, conforme Voto DNM – 057/14, que consta: “*DA PROPOSIÇÃO FINAL: Considerando o exposto, voto pelo deferimento da proposta de Acordo de Cooperação Técnica e aprovação da minuta e suas vias definitivas anexadas.*” Por unanimidade, foi aprovada a proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “*A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 3000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DNM – 057, de 24 de abril de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.015242/2014–49, DELIBERA: Art. 1º Aprovar a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas em Geral do Estado de São Paulo com o objetivo de viabilizar a execução de atividades de apoio à ANTT relacionadas à inscrição e manutenção do cadastro dos Transportadores Autônomos de Cargas no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, RNTRC. Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.*” **2.1.3 – MRS LOGÍSTICA S.A. Desvinculação de Bem Arrendado – Processo nº 50500.098004/2012–07:** a Diretoria Colegiada acolheu a proposição da Diretora Relatora, conforme Voto DNM – 058/14, que consta: “*DA PROPOSIÇÃO FINAL: Considerando o exposto voto por: 1) Aprovar a emissão e publicação da aludida Resolução, favorável à desvinculação contratual do imóvel denominado “171m² Alv. km 265 – Posto de Saúde”, da prestação de serviço público concedido de transporte ferroviário de cargas, e sua respectiva desincorporação do Contrato de Arrendamento nº 072/96, condicionada à celebração de termo aditivo entre a MRS Logística e a União. 2) Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER que dê ciência à MRS Logística S.A. e ao DNIT, do objeto da Resolução. 3) Restituir o processo à Procuradoria–Geral para análise e*

orientações jurídicas, com vistas ao cumprimento da orientação contida no item 17 do Parecer nº 370–3.3.5/2014/PF–ANT/PGF/AGU (fls. 55/56).” Por unanimidade, foi aprovada a proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos artigos 24 e 25 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no Voto DNM – 058, de 25 de abril de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.098004/2012–07, RESOLVE: Art. 1º Desvincular da prestação do serviço público concedido de transporte ferroviário de cargas, o imóvel denominado “171 M2 ALV P SAÚDE KM 265”, (Posto de Saúde), inscrito sob o Número de Bem Patrimonial – NBP 3290076. Art. 2º Autorizar a desincorporação do bem citado no Art. 1º, do Anexo II do Contrato de Arrendamento nº 072/96, celebrado em 28 de novembro de 1996 entre a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. e a MRS Logística S.A. Art. 3º Condicionar a desincorporação mencionada no artigo anterior à celebração de termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 072/96, o qual será firmado entre a MRS Logística S.A. e a União. Art. 4º Toda e qualquer responsabilidade da concessionária sobre o imóvel citado no Art. 1º somente cessará na data de emissão do correspondente Termo de Recebimento de Bens Imóveis, a ser expedido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

2.1.4 – VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A – Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia Santos Dumont, BR – 116(BA), situados no município de Jequié (BA) – Processo nº 50500.019091/2014–06: conforme Voto DNM – 059/14 a Diretoria Colegiada acolheu a proposição da Diretora Relatora, que consta: “DA PROPOSIÇÃO FINAL: Considerando o exposto, proponho à Diretoria Colegiada que encaminhe ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública para desapropriação de áreas necessárias às obras de duplicação do trecho entre o km 653+000m e o km 674+700m da Rodovia Santos Dumont, BR–116/BA, para posterior expedição do respectivo Decreto pela Exm.^a Sra. Presidenta da República.” Por unanimidade, foi aprovada a proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM – 059, de 25 de abril de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.019091/2014–06, DELIBERA: Art. 1º Encaminhar ao Exmº Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública dos imóveis adjacentes à Rodovia Santos Dumont, BR–116/BA, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situado no município de Jequié, no estado da Bahia, necessários à execução das obras de duplicação do trecho entre o km 653+000m e o km 674+700m. Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.”

2.2 – Relatora: Diretora ANA PATRIZIA LIRA – Relatoria apresentada pelo Diretor–Geral, conforme previsto no § 3º artº10 da Resolução nº 3.000, de 28.1.2009. 2.2.1 – TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA – Processo Administrativo – Processo nº 50500.058231/2006–43: a Diretoria Colegiada acolheu a proposição da Diretora Relatora, conforme Voto DAL – 052/14, que consta: “DA PROPOSIÇÃO FINAL: Com estas considerações, em consonância com o proposto pela Procuradoria–Geral desta ANTT, bem como arts. 78–A e 78–D, da Lei nº 10.233, de 2001, e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, VOTO por aplicar a pena de multa à empresa Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda., nos termos do que dispõem as alíneas “j” e “k”, do inciso IV, do art. 2º, da Resolução ANTT nº 3.075, de 2009.” Por unanimidade, foi aprovada a proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL – 052, de 2 de maio de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.058231/2006–43, RESOLVE: Art. 1º Aplicar à empresa Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda. as multas previstas no Art. 2º, inciso IV, alíneas “j” e “k”, da Resolução ANTT nº 3.075, de 26 de março de 2009. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

2.2.2 – ABTI – Associação

Brasileira de Transportadores Internacionais – Acordo de Cooperação Técnica.

Processo nº 50500.040485/2014–15: a Diretoria Colegiada acolheu a proposição da Diretora Relatora, conforme Voto DAL – 055/14, que consta: “*DA PROPOSIÇÃO FINAL: Isso posto, considerando as instruções técnica e jurídica constantes dos autos, VOTO por aprovar a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre esta Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI, com o objetivo de viabilizar a execução de atividades relacionadas à habilitação dos transportadores rodoviários de cargas no Transporte Rodoviário Internacional de Cargas – TRIC.*” Por unanimidade, foi aprovada a proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “*A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 3000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DAL – 055, de 2 de maio de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.040485/2014–15, DELIBERA: Art. 1º Aprovar a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, com o objetivo de viabilizar a execução de atividades de apoio à ANTT relacionadas à educação e à instrução sobre o cadastro de transportadores no Transporte Rodoviário Internacional de Cargas. Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.*” Terminada a votação dos processos pautados, foi comunicado aos Diretores a existência de dois assuntos em extrapauta a ser votado.

3. MATÉRIAS EXTRAPAUTA: 3.1 – Apresentada pela Diretora NATÁLIA MARCASSA.

3.1.1– ECO 101 Concessionária de Rodovias S. A – Autoriza o início da cobrança de pedágio, aprova a 1ª Revisão Ordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio do Contrato de Concessão da Rodovia BR–101/ES/BA, no trecho do entroncamento BA–698 (acesso a Mucuri) Divisa ES/RJ – Processo nº 50500.030219/2014–84 e nº 50500.047783/2014–36: a Diretoria Colegiada acolheu a proposição da Diretora Relatora, conforme Voto DNM – 061/14, que consta: “*DA PROPOSIÇÃO FINAL: Isto posto, e com base nas manifestações das áreas técnica e jurídica, proponho que a Diretoria Colegiada delibere por aprovar o início de cobrança de pedágio, a 1ª Revisão Ordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio – TBP do Contrato de Concessão da Rodovia BR–101/ES/BA, no trecho do entroncamento BA–698 (acesso a Mucuri) – Divisa ES/RJ, explorado pela ECO 101 Concessionária de Rodovias S. A.*” Por unanimidade, foi aprovada a proposta de Resolução, a seguir transcrita: “*A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM – 061, de 7 de maio de 2014, no que consta dos Processos nos 50500.030219/2014–84 e 50500.047783/2014–36; CONSIDERANDO o disposto no Capítulo 16 do Contrato de Concessão do Edital 001/2011, de 17 de abril de 2013; CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002, RESOLVE: Art. 1º Autorizar o início da cobrança de pedágio, conforme dispõe a subcláusula 16.1.4 do contrato de concessão, a partir da zero hora do dia 18 de maio de 2014. Art. 2º Aprovar a 1ª Revisão Ordinária, que altera a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica de R\$ 0,03391 para R\$ 0,03379, com um decréscimo de 0,34% (trinta e quatro centésimos percentuais negativos). Art. 3º Aprovar o reajuste que indicou o percentual positivo de 35,14% (trinta e cinco inteiros e quatorze centésimos por cento), correspondente à variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, com vista à recomposição tarifária. Art. 4º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica reajustada, antes do arredondamento, de R\$ 0,03391 (Tarifa de Leilão) para R\$ 0,04567, com um acréscimo de 34,67% (trinta e quatro inteiros e sessenta e sete centésimos por cento). Art. 5º Alterar, na forma das tabelas anexas, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, nas praças de pedágio P1, em Pedro Canário/ES; P2, em São Mateus/ES; P3, em Aracruz/ES; P4, em Serra/ES, P5, em Guarapari/ES, P6, em Itapemirim/ES e P7 em Mimoso do Sul/ES. Art. 6º A cobrança só poderá ser iniciada 10 (dez) dias após a*

publicação desta Resolução no Diário Oficial da União, conforme disposto na subcláusula 16.1.6 do Contrato de Concessão. Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. **TABELAS DE TARIFAS**

Praça de pedágio 1 em Pedro Canário/ES

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	2,80
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	2,0	5,60
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	1,5	4,20
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	8,40
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	2,0	5,60
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	11,20
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	14,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	16,80
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	1,40

Praça de pedágio 2 em São Mateus/ES

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	3,80
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	2,0	7,60
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	1,5	5,70
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	11,40
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	2,0	7,60
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	15,20
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	19,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	22,80
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	1,90

Praça de pedágio 3 em Aracruz/ES

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	3,60
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	2,0	7,20
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	1,5	5,40
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	10,80
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	2,0	7,20
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	14,40
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	18,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	21,60
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	1,80

Praça de pedágio 4 em Serra/ES

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	3,40
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	2,0	6,80
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	1,5	5,10
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	10,20
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	2,0	6,80
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	13,60
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	17,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	20,40
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	1,70

Praça de pedágio 5 em Guarapari/ES

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	3,50

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	2,0	7,00
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	1,5	5,25
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	9,00
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	2,0	7,00
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	14,00
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	17,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	21,00
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	1,75

Praça de pedágio 6 em Itapemirim/ES

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	3,00
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	2,0	6,00
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	1,5	4,50
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	9,00
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	2,0	6,00
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	12,00
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	15,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	18,00
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	1,50

Praça de pedágio 7 em Mimoso do Sul/ES

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	1,0	1,60
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	2,0	3,20
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	1,5	2,40
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	3,0	4,80
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	2,0	3,20
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	4	4,0	6,40
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	5	5,0	8,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	6	6,0	9,60
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	0,5	0,80

3.2 – Apresentada pelo Diretor-Geral JORGE BASTOS. 3.1.1 – Prorrogação da validade dos Certificados do RNTRC – Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – Processo nº 50500.049096/2014-55: a Diretoria Colegiada acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DG – 016/14, que consta: “*DA PROPOSIÇÃO FINAL: Diante do exposto, proponho que a Diretoria Colegiada delibere por prorrogar a validade dos Certificados do RNTRC, conforme regra definida pela área técnica.*” Por unanimidade, foi aprovada a proposta de Resolução, a seguir transcrita: “*A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 016, de 7 de maio de 2014, no que consta do Processo nº 50500.049096/2014-55; CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; CONSIDERANDO que todos os transportadores cadastrados até 15 de maio de 2009 foram obrigados a fazer um recadastro junto à ANTT para adequação às novas regras determinadas pelo no art. 41 da Resolução ANTT nº 3.056, de 12 de março de 2009; e CONSIDERANDO que a validade de 5 anos dos Certificados de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas emitidos expira a partir de maio de 2014, RESOLVE: Art. 1º Prorrogar a validade dos Certificados do RNTRC, conforme regra definida na tabela abaixo.*”

Validade atual do CRNTRC	
Maio/2014	Novembro/2014
Junho/2014	Dezembro/2014
Julho/2014	Janeiro/2015
Agosto/2014	Fevereiro/2015
Setembro/2014	Março/2015
Outubro/2014	Abril/2015
Novembro/2014	Maio/2015
Dezembro/2014	Junho/2015

Art. 2º O cronograma para recadastramento será divulgado posteriormente, sem prejuízo ao exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.” Terminada a votação do processo em extrapauta e considerando a necessidade de que seja dada ciência aos Diretores sobre as decisões tomadas pela Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER, o Secretário da Reunião apresentou aos Senhores Diretores o conteúdo dos documentos pautados em Assuntos Gerais. **ASSUNTOS GERAIS: I – Memorando nº 136/GECOF/SUFER, de 25.4.2014:** Dada ciência aos Diretores sobre a decisão SUFER referente à aplicação de penalidade à ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., disposta no Auto de Infração nº 412, constante do processo nº 50520.146398/2013–51, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 54 da Resolução nº 442, de 17.2.2004. **II – Memorando nº 137/GECOF/SUFER, de 25.4.2014:** Dada ciência aos Diretores sobre a decisão SUFER referente à aplicação de penalidade à ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., disposta no Auto de Infração nº 411, constante do processo nº 50520.146399/2013–04, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 54 da Resolução nº 442, de 17.2.2004. **III – Memorando nº 122/GPFER/SUFER, de 25.4.2014:** Dada ciência aos Diretores sobre a decisão SUFER referente à aplicação de penalidade à ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., disposta na Notificação de Infração nº 26, constante do processo nº 50500.184707/2013–20, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 54 da Resolução nº 442, de 17.2.2004. **IV – Memorando nº 141/GECOF/SUFER, de 28.4.2014:** Dada ciência aos Diretores sobre a decisão SUFER referente à aplicação de penalidade à ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., disposta no Auto de Infração nº 512, constante do processo nº 50520.146394/2013–73, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 54 da Resolução nº 442, de 17.2.2004. **V – Memorando nº 144/GECOF/SUFER, de 28.4.2014:** Dada ciência aos Diretores sobre a decisão SUFER referente à aplicação de penalidade à ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., disposta no Auto de Infração nº 512, constante do processo nº 50520.146395/2013–18, conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 54 da Resolução nº 442, de 17.2.2004. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor–Geral, em exercício, às 18h35min (dezoito horas e trinta e cinco minutos), deu por encerrada a Reunião da qual, para constar, eu, Paulo Eduardo Improta Saraiva, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, vai por todos assinada.

JORGE LUIZ MACEDO BASTOS

Diretor–Geral, em exercício

CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO

Diretor

DIOGO SOUZA MORAES

Procurador

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA

Diretora

PAULO EDUARDO IMPROTA SARAIVA

Secretário da Reunião